

## **COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO** **SUSTENTÁVEL - CMADS**

### **DECISÃO DA PRESIDÊNCIA EM QUESTÃO DE ORDEM**

Cuida-se de Questão de Ordem apresentada pelo nobre Deputado **JUNIO AMARAL (PL/MG)**, que, conforme o Art. 41 do RICD, afirma que compete ao presidente da Comissão presidir as reuniões.

Nesse sentido, questiona a condução dos trabalhos da Comissão pelo 1º Vice-Presidente, Deputado **NILTO TATTO (PT/SP)**, na reunião deliberativa extraordinária, de 15 de outubro do corrente.

Argumentou, ademais, que, a certa altura da reunião, a Presidente da Comissão estava no recinto do Plenário.

Discorreu também que, em relação a uma determinada decisão intercorrente, envolvendo questão sobre se o tempo concedido ao parlamentar versava sobre tempo de liderança ou de encaminhamento de votação, a Presidente da Comissão poderia ter proferido decisão divergente da efetuada pela Primeira-Vice-Presidência, no exercício da Presidência.

**É o Relatório.  
Decido.**

Conheço da presente Questão de Ordem, uma vez atendidas as disposições do inciso XVII do art. 41, do inciso XXI do art. 57 e do *caput* do art. 95, todos do RICD, abaixo transcritos:

#### REGIMENTO INTERNO

Art. 41. Ao Presidente de Comissão compete, além do que lhe for atribuído neste Regimento, ou no Regulamento das Comissões:

.....  
XVII – resolver, de acordo com o Regimento, as questões de ordem ou reclamações suscitadas na Comissão;

.....  
Art. 57. No desenvolvimento dos seus trabalhos, as Comissões observarão as seguintes normas:

.....

XXI – o membro da Comissão pode levantar questão de ordem sobre a ação ou omissão do órgão técnico que integra, mas somente depois de resolvida conclusivamente pelo seu Presidente poderá a questão ser levada, em grau de recurso, por escrito, ao Presidente da Câmara, sem prejuízo do andamento da matéria em trâmite.

.....  
Art. 95. Considera-se questão de ordem toda dúvida sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática exclusiva ou relacionada com a Constituição Federal.  
.....

No entanto, no mérito, a presente Questão de Ordem não prospera, pelas razões e fundamentos abaixo expendidos.

Inicialmente, deve-se reconhecer que o nobre autor da presente Questão de Ordem tem razão quando afirma que cabe ao presidente de comissão a condução dos trabalhos do colegiado, nesse sentido vejamos o que dispõe o inciso II do art. 41 do RICD:

#### REGIMENTO INTERNO

Art. 41. Ao Presidente de Comissão compete, além do que lhe for atribuído neste Regimento, ou no Regulamento das Comissões:

.....  
II – convocar e presidir todas as reuniões da Comissão e nelas manter a ordem e a solenidade necessárias;  
.....

Assim como o Presidente da Câmara dos Deputados é o guardião do Regimento Interno em âmbito geral, nas comissões seu guardião é o presidente do colegiado, desafiando, por óbvio, em caso de insurgência contra suas decisões, a apresentação de Questão de Ordem ou Reclamação no âmbito da respectiva comissão, a teor do inciso XVII do art. 41 do RICD.

De certo que há uma presunção de que os trabalhos da comissão sejam conduzidos pelo seu presidente. Contudo, essa presunção não é absoluta. Em muitas situações os vice-presidentes das comissões podem ser chamados a substituírem o titular do cargo.

Nesse sentido, vejamos o *caput* do art. 39 e também o *caput* do art. 40, ambos do RICD, que versam sobre a presidência das comissões:

#### REGIMENTO INTERNO

Art. 39. As Comissões terão 1 (um) Presidente e 3 (três) Vice-Presidentes, eleitos por seus pares, com mandato até a posse dos novos componentes eleitos no ano subsequente, vedada a reeleição.  
.....

Art. 40. O Presidente será, nos seus impedimentos, substituído por Vice-Presidente, na sequência ordinal, e, na ausência deles, pelo membro mais idoso da Comissão, dentre os de maior número de legislaturas.

.....

Assim, é de fácil intelecção que ao vice-presidente de comissão compete substituir seu respectivo presidente em reunião, interpretando-se o termo “impedimentos” de forma ampla.

Os dispositivos regimentais referentes à substituição da presidência nas reuniões de comissões guardam analogia com o processo de substituição do Presidente da Câmara dos Deputados em relação às sessões no Plenário da Câmara. Nessa linha, vejamos o *caput* e o § 2º do art. 18 do RICD:

#### REGIMENTO INTERNO

Art. 18. Aos Vice-Presidentes, segundo sua numeração ordinal, incumbe substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos.

.....

§ 2º À hora do início dos trabalhos da sessão, não se achando o Presidente no recinto, será ele substituído, sucessivamente e na série ordinal, pelos Vice-Presidentes, Secretários e Suplentes, ou, finalmente, pelo Deputado mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas, procedendo-se da mesma forma quando tiver necessidade de deixar a sua cadeira.

Assim, tanto no Plenário como nas Comissões, embasados em normas expressas autorizadoras, é praxe a substituição da presidência pelos titulares dos cargos que menciona.

No que concerne especificamente ao episódio ocorrido na reunião deliberativa extraordinária desta Comissão, realizada em 15 de outubro, tem-se a dizer que esta Presidente solicitou ao senhor 1º Vice-Presidente, Deputado **NILTO TATTO**, que conduzisse os trabalhos da comissão, inclusive quanto à abertura dos trabalhos, porquanto compromisso político partidário me impedia, naquele momento, de dar início e condução aos trabalhos da comissão.

Assiste razão ao autor desta Questão de Ordem quando afirma que, antes do encerramento dos trabalhos da comissão, a Presidente da Comissão já se encontrava no recinto do plenário. Contudo, com o fito de não perturbar o regular desenvolvimento dos trabalhos, envolvendo já uma série de decisões e procedimentos intercorrentes, optei por deixar que os trabalhos fossem ultimados pelo nobre 1º Vice-Presidente, não vislumbrando nessa prática ofensa ao regimento interno.

Ademais, registre-se que esta Presidência corrobora com todas as decisões proferidas pelo Deputado **NILTO TATTO**, no exercício da presidência da reunião em comento.

Diga-se, também, que esta não foi a primeira vez que o exercício da presidência desta Comissão esteve a cargo de um vice-presidente, não tendo havido quaisquer questionamentos sobre a nulidade dos procedimentos adotados.

Nesse sentido, sendo prática comum o exercício da presidência da comissão por seu substituto regimental, nas condições em que o Regimento Interno permite ou não desautoriza, não vislumbramos quaisquer vícios regimentais a nulificar os procedimentos adotados na reunião desta Comissão do dia 15 de outubro.

Posto isso, conheço da presente Questão de Ordem, nos termos do inciso XVII do art. 41 c/c o art. 95, ambos do Regimento Interno, para, no mérito, indeferi-la.

Publique-se. Oficie-se.

Em:        /        / 2025.

**ELCIONE BARBALHO (MDB/PA)**  
Presidente da CMADS